



# Diário Oficial

PORTE PAGO  
DR/SP  
ISR - 40 - 3051/81

Estado de São Paulo

Volume 107 • Número 58 • São Paulo • Quinta-feira, 27 de Março de 1997

## PODER LEGISLATIVO

Diário da Assembléia Legislativa - 13ª Legislatura  
Palácio Nove de Julho  
Av. Pedro Álvares Cabral, S/Nº - Ibirapuera - Fone: 886-6122

Presidente: Paulo Kobayashi

1º Secretário: Milton Monti

2ª Secretária: Maria Cecília Passarelli

1º Vice-Presidente: Vaz de Lima

2º Vice-Presidente: Luiz Carlos da Silva

3º Secretário: Roque Barbieri

4º Secretário: Sylvio Martini

### LEIS

#### Retificação

Leia-se como segue e não como constou:  
Lei n.º 9.511, de 24 de março de 1997  
(Projeto de Lei n.º 343, de 1996, da Deputada Maria Lúcia Prandi - PT)

### ATOS

#### Ato n.º 09, de 1997

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com a indicação do Líder da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, nomeia, respectivamente, os Deputados Rosmary Corrêa e Chico Bezerra, membros efetivos da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar o desenvolvimento do crime organizado no Estado, nas suas diversas formas e manifestações, e apurar as razões de seu incremento, em virtude das vagas dos Deputados Toninho Ribas, eleito Prefeito de Cajamar, e Dimas Ramalho, licenciado para exercer o cargo de Secretário da Habitação, e os Deputados Gilberto Nascimento e Roberto Purini, membros substitutos, nas vagas dos Deputados Abelardo Camarinha, eleito Prefeito de Marília e Gilson Menezes, eleito Prefeito de Diadema, respectivamente.

Assembléia Legislativa, em 26/3/97.  
PAULO KOBAYASHI - Presidente

#### Ofício

Senhor Presidente,  
Nos termos regimentais, venho, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, indicar a Deputada Rosmary Corrêa e o Deputado Francisco Bezerra para assumirem as vagas de membros efetivos na Comissão Parlamentar de Inquérito que apura os fatos relativos ao Crime Organizado, nas vagas dos Deputados Toninho Ribas e Dimas Ramalho, respectivamente, e indicar, como membros suplentes, o Deputado Gilberto Nascimento e o Deputado Roberto Purini, nas vagas do Deputado Abelardo Camarinha e do Deputado Gilson Menezes.

Sala das Sessões, em  
a) José Carlos Tomim - Líder do PMDB

#### Ato n.º 10, de 1997

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com a indicação do Líder do Partido dos Trabalhadores, nomeia o Deputado Luiz Carlos da Silva membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça, em virtude da renúncia da Deputada Mariângela Duarte.

Assembléia Legislativa, em 26-3-97.  
PAULO KOBAYASHI - Presidente

#### Ofício

Senhor Presidente,  
Comunico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a minha renúncia como membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça, pelo Partido dos Trabalhadores.

Sala das Sessões, 26-3-97  
a) Mariângela Duarte

#### Ofício

Senhor Presidente,  
Indico, nos termos regimentais, o Deputado Luiz Carlos da Silva, para assumir a vaga de membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista a renúncia da Deputada Mariângela Duarte.

Sala das Sessões, em 26-3-97  
a) José Baccarim - Líder da Bancada do PT

### ORDEM DO DIA

31 de março de 1997  
35ª Sessão Ordinária

#### Proposições em Regime de Urgência

1-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 137, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, criando a autarquia Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE. Com emendas. Parecer n.º 645, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emendas, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, com subemendas e contrário às demais. Parecer n.º 646, de 1996, da Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto, às emendas do relator especial pela Comissão de Justiça, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. Parecer n.º 647, de 1996, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com emenda, à emenda de n.º 21, na forma de sua subemenda, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

2-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 35, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre a retribuição pecuniária dos

### SUMÁRIO

|  |   |
|--|---|
| Leis.....                                  | 1 |
| Atos.....                                  | 1 |
| Ordem do dia.....                          | 1 |
| Pauta.....                                 | 1 |
| Oradores Inscritos.....                    | 2 |
| Expediente.....                            | 2 |
| Atos Administrativos.....                  | 9 |
| Comissões.....                             | — |
| Debates.....                               | — |
| Pronunciamentos de Sessões Anteriores..... | — |

#### TRIBUNAL DE CONTAS

Este caderno, com 20 páginas contem as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.

integrantes da carreira de Procurador de Autarquias. Com emendas. Parecer n.º 2453, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de n.ºs 9, 13, 16, 19 e 30 e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

3-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 1, de 1997, apresentado pelo Sr. Governador, acrescentando dispositivo ao Decreto-lei Complementar n.º 7, de 1969, que dispõe sobre entidades descentralizadas. Parecer n.º 231, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

4-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 788, de 1991. (Autógrafo n.º 23320), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Conte Lopes, alterando a redação do artigo 30 do Decreto-lei n.º 260, de 29/05/70, que dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado. Parecer n.º 189, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 1188, de 1991. (Autógrafo n.º 23110), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Ivan Valente, dispondo sobre a recomposição da cobertura vegetal do Estado. Parecer n.º 469, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 344, de 1993. (Autógrafo n.º 23156), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jamil Murad, dispondo sobre a proibição da instalação de bombas de Auto-Serviço (Self-Service) em todos os postos de abastecimentos de combustível no âmbito do Estado. Parecer n.º 478, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 596, de 1993. (Autógrafo n.º 23331), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Roque Barbieri, dispondo sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento da Região Nordeste do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado). Parecer n.º 190, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 802, de 1993. (Autógrafo n.º 23044), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Antenor Chicarino, dispondo sobre a proteção ambiental do Vale do Ribeira. Parecer n.º 428, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 200, de 1995. (Autógrafo n.º 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não incidam no crime. Parecer n.º 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 249, de 1995. (Autógrafo n.º 23326), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Kito Junqueira, alterando a Lei n.º 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição ambiental. Parecer n.º 191, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 362, de 1995. (Autógrafo n.º 23149), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Alberto Calvo, dispondo sobre a gratuidade de passagem nos serviços de transporte coletivo de responsabilidade do Estado às mulheres maiores de 60 anos de idade. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 474, de 1995. (Autógrafo n.º 23166), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei n.º 7.645, de 23 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 525, de 1995. (Autógrafo n.º 23246), vetado totalmente, apresentado pelo deputado César Callegari, dando a denominação de "Professora Cândida Neves Oliveira Canjui" à Escola Estadual de 1º e 2º Graus Cidade Soicno II, em Guarulhos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 626, de 1995. (Autógrafo n.º 23321), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado José Baccarim, dispondo sobre a normatização de audiência pública com a comunidade científica. Parecer n.º 188, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 910, de 1995. (Autógrafo n.º 23323), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Pedro Dallari, autorizando o acesso, a título gratuito, de policiais militares às estações e trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM. Parecer n.º 195, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 6, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o DER e o DAEE a doarem imóveis à Fazenda do Estado e esta a transferir, à CDHU os imóveis que receber em doação, bem como outros já de sua propriedade, na forma que especifica. Com emendas. Parecer n.º 651, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com emenda e contrário às emendas de n.ºs 1 e 2. Parecer n.º 652, de 1996, de relator especial pela Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto, à emenda do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às de n.ºs 1 e 2. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

17-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 71, de 1996. (Autógrafo n.º 23201) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, criando o Programa Estadual de Desestatização e dispondo sobre a Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético. Parecer n.º 1799, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º do artigo 3º e contrário ao § 6º do artigo 3º; ao inciso I do artigo 17 e ao artigo 39. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 215, de 1996. (Autógrafo n.º 23327), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Walter Caveanha, autorizando o Poder Executivo a implantar a "Próflíca - Programa de Fixação do Homem no Campo". Parecer n.º 187, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 725, de 1996. (Autógrafo n.º 23344), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Poder Executivo a contrair financiamento, a outorgar garantias, a transferir o controle acionário de sociedades controladas pelo Estado e a assumir obrigações. Parecer n.º 192, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer n.º 193, de 1997, de relator especial pela Comissão de Economia, favorável ao projeto no tocante ao art. 7º e contrário quanto ao art. 9º. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 1, de 1997, apresentado pelo Sr. Governador, instituindo o Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo. Com emendas. Parecer n.º 232, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, à emenda de n.º 1, e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

#### Proposições em Regime de Prioridade

1-Discussão e votação adiada do Projeto de decreto legislativo n.º 5, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1019, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1979, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (§ 3º do artigo 191 da VIII Consolidação do Regimento Interno).

2-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 8, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1581, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1980, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

3-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 6, de 1983, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 972, de 1983, rejeitando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, alusivas ao exercício de 1981, constantes

do Processo RG n.º 4889/82 e anexos, exceto aquelas que envolvem os Poderes Legislativo e Judiciário, que são consideradas boas e aprovadas, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

4-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 7, de 1983, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 973, de 1983, rejeitando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, alusivas ao exercício de 1982, constantes do Processo RG n.º 4800/83 e anexos, exceto aquelas que envolvem os Poderes Legislativo e Judiciário, que são consideradas boas e aprovadas, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

5-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 8, de 1984, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1447, de 1984, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1983, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

6-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 10, de 1985, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1693, de 1985, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1984, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 845, de 1987, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável ao projeto.

7-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 5, de 1987, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 659, de 1987, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1985, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1102, de 1987, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

8-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 11, de 1988, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1323, de 1988, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1986, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1719, de 1988, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

9-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 19, de 1989, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1326, de 1989, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1987, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 454, de 1990, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

10-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 4, de 1991, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1333, de 1991, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1988, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1700, de 1991, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

11-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 5, de 1991, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1346, de 1991, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1989, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1699, de 1991, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

12-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 6, de 1991, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1426, de 1991, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1990, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1704, de 1991, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

13-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 15, de 1994, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1126, de 1994, considerando boas e aprovando as contas apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1991, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1621, de 1994, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

14-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 16, de 1994, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1127, de 1994, considerando boas e aprovando as contas apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1992, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1622, de 1994, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

#### Proposição em Regime de Tramitação Ordinária

- Discussão adiada e votação do Projeto de lei n.º 645, de 1987, apresentado pelo deputado Waldyr Trigo, revogando dispositivos da Lei n.º 3724, de 14/03/83, que instituiu contribuição para a Associação Paulista de Magistrados. Pareceres n.ºs 1164, de 1990, s/nº e 1248, de 1991, respectivamente de relator especial pela Comissão de Justiça e das Comissões Cultura e Finanças, favoráveis. Com substitutivo apresentado nos termos do inciso II do artigo 175 da VIII Consolidação do Regimento Interno. Parecer n.º 357, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com subemenda. Parecer n.º 358, de 1995, de relator especial pela Comissão de Cultura, favorável ao substitutivo e contrário à emenda. Parecer n.º 359, de 1995, de relator especial pela Comissão de Finanças, contrário.

### PAUTA

31 de março de 1997  
35ª Sessão Ordinária

Em pauta por 5 (cinco) Sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 3, parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

#### 1ª Sessão

1-Projeto de lei n.º 126, de 1997, apresentado pelo deputado Misael Margato, assegurando aos auxiliares de despachante, nas condições que especifica, os mesmos direitos conferidos aos Despachantes pela Lei n.º 8107, de 1992.

2-Projeto de lei n.º 127, de 1997, apresentado pelo deputado Nelson Fernandes, dispondo sobre a obrigatoriedade do Exame de DNA, em recém-nascidos, nos hospitais e maternidades do Estado.

3-Projeto de lei n.º 128, de 1997, apresentado pelo deputado Márcio Araújo, dispondo sobre a liberação de visitas para a prestação de assistência religiosa junto a hospitais públicos e privados.

4-Projeto de lei n.º 129, de 1997, apresentado pelo deputado Afanasio Zajadji, obrigando a instalação de Caixas Eletrônicas "24 Horas" somente em recintos fechados.

5-Moção n.º 56, de 1997, apresentada pelo deputado Márcio Araújo, ap-lrando para o Sr. Presidente do Congresso Nacional no sentido de rejeitar o Projeto de lei n.º 1151-A, de 1995, que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo.